

# Revolução



**U.P.G.**

pág.6

**...dos hospitais**

pág.3

RIOS DE TODOS OS PAISES POVOS E NAÇÕES

**LUTA NO TRABALHO**

**EDITORIAL**

COM UM NÚMERO ESPECIAL sobre sindicalismo, a revista "Revolução" dedica este número ao trabalho, ao trabalhador, ao "nosso trabalho".

...dos hospitais

**SINDICALISMO SETENAVE**

pág.8

# Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

## PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

Ponta Delgada, 12 de Novembro de 1974

Camaradas,

Já desde algumas semanas que tenho vindo a tomar contacto com o jornal «Revolução» e com as opiniões nele expressas, assim como havia tomado contacto com alguns comunicados do P.R.P.-B.R. durante a clandestinidade e aprasme verificar identificar-me com as ideias nelas contidas.

Açores, nove ilhas no meio do Oceano Atlântico, onde as condições de vida são duras; onde, passo a passo se topa com o fascismo em cada uma das suas multivariadas formas; onde a prepotência e a ignorância imperam; onde o alheamento dos problemas está patente em cada rosto de operário, de camponês, de pescador e de homem da rua; onde as contradições de 500 anos de colonização e esquecimento estão patentes em todos os lugares como reflexo de exploração.

Aqui, nestas terras da «eterna Primavera», impõe-se a Revolução Socialista, talvez, mais que em qualquer outro lugar.

Aqui, nestas terras de «vulcões e basalto» há a necessidade imperiosa duma completa reestruturação de todos os quadros, desde os agrários até aos administrativos, de forma a obter uma dinamização de toda a vida económica e social.

Aqui impõe-se uma revisão da assistência médica, o retorno dos emigrantes, uma dinamização do desenvolvimento industrial e uma equitativa distribuição das terras, de forma a que haja trabalho para toda a gente.

Aqui, pesa ver a inação dos «partidos políticos» votados «ad inítiu» a uma descarçada campanha para conquista de votos que as «eleições estão à porta» e «perder o comboio» é sempre um aborrecimento.

**O ELEITORALISMO NÃO PODE SER A META. NÃO AO ELEITORALISMO.**

Pesa ver devotos servidores dos regimes salazarista e caetanista continuarem encabeçando alguns lugares de relevo sem nuna lhes ter sido levantado ou se ter tentado levantar um inquérito às suas actividades para consequente apuramento de responsabilidades.

Doi, verificar a existência dum pseudo «movimento para a Autodeterminação do Povo Açoreano» dirigido e encabeçado pelos grandes proprietários, e

usando os mais incríveis e desonestos truques numa tentativa de arregimentação nas suas fileiras de um enorme (quanto maior, melhor) número de pessoas incultas, sem que se lhe trave a marcha ou denuncie publicamente as actividades.

É imperioso e urgente acabar com o saque a que a Invasão Imperialista, através de bases militares, sujeitou estas ilhas.

É imperioso e urgente a democratização da esclerosada sociedade açoriana.

É imperioso e urgente erguer bem alto a bandeira da Revolução Socialista abrindo caminho à depuração e purificação duma sociedade medievalista e retrógrada.

É imperioso e urgente uma equitativa distribuição de rendimentos que acabe com a situação de patente mendicidade tão característica das sociedades do tipo da portuguesa.

Camaradas,

É urgente que o estandarte da Democracia e do Socialismo seja bem erguido por nós em todas as esquinas de Portugal para que finalmente possamos dizer: «TENHO UM PAIS».

Um abraço Socialista.

C.S.

Arma Poderosa dos Capitalistas e de Certos Padres Reaccionários

O distrito de Viseu tem sido fértil em acontecimentos dignos da mais profunda e severa crítica, de humilhação tão miserável que só um governo tão baixo em todos os aspectos como o que foi derrubado em 25 de Abril não tem compaixão de deixar atingir tão baixo nível em pleno século XX, a seres humanos que nunca foram tratados como tal.

Começamos pois por sintetizar o relato de alguns dos principais acontecimentos, após o 25 de Abril claro está.

Em primeiro lugar, teremos de fazer referência à tentativa de recondução, nos destinos da Câmara do Concelho de Sátão, de indivíduos ligados ao anterior regime, tentando fazerem-se passar por democratas. O boicote daquela tentativa e a eleição de uma Comissão Administrativa o menos má possível, (dado o baixo índice de politização regional), foi preocupação de um elevado e con-

siderado grupo de democratas verdadeiros. O problema levantado provocou tal confusão, que os detentores do poder camarário no Governo fascista ao verem-se vencidos, usaram de todos os meios ao seu alcance tentando por tudo que laiaios seus (visto ser impossível a sua candidatura), ficassem no poder evitando um possível desmascaramento a curto prazo, que lhes viria a custar bem caro. Um problema de resolução simples, complicou-se no Ministério do então Ministro Magalhães Mota e, «hoje o Governador Civil de Viseu parece incapaz de dar ao problema a solução justa. Pergunta-se:

— Porque não fez o Governador Civil aquilo que entendeu justo? Desde quando um militante do P.S. de Viseu e outro do P.P.D. do qual não sabemos, a naturalidade têm representatividade no concelho de Sátão? Do lado e apoiados pelos burgueses — ou do lado e a defenderem os interesses dos trabalhadores, dos quais fazem parte?

Não há comissão administrativa por enquanto. Estaremos aqui na devida altura para dar o despacho final se para tal for necessário.

Outro assunto importante refere-se aos acontecimentos em 15 de Agosto na Freguesia de Rio de Moinhos, quando determinado partido político pretendia dar uma sessão de esclarecimento. Pessoas altamente responsáveis e conscientes desencaderaram falsos esclarecimentos à freguesia, embebedando os cidadãos de mentiras caluniosas; as consequências já são conhecidas, pois oportunamente a Imprensa diária fez referência; entretanto, acrescenta-se que a desordem poderia ter atingido proporções bem mais graves e, ainda, que os mesmos agitadores continuam a provocar incitamentos fascistas. Até quando isto se continuará a manifestar?

Num terceiro aspecto podemos fazer referência à reacção de certos padres, ao instigarem o vandalismo fascizante, pedindo a todos os poderes sagrados, que os livre do flagelo do comunismo. Este caso passou-se concretamente na localidade de Abrunhosa, freguesia de São Miguel de Vila Boa do Concelho de Sátão, no decorrer da Missa; o padre chamou a atenção dos paroquianos para que se concentrassem atentamente e a pedissem à Virgem Santíssima a sua intercedência junto do Divino Filho para que os livre do FLAGELO DO COMUNISMO.)

Outros párocos têm tomado posições mais reaccionárias, mas não é possível falar aqui de todos os casos, dada a quantidade e diversificações.

Por último, carece de posição marcada neste jornal revolucionário, o crasso procedimento de um pseudo-visconde (na já referida freguesia de Rio de Moinhos), que numa reunião onde juntou uma maioria burguesa e alguns trabalhadores, nada mais fez que vomitar palavras injuriosas e reaccionárias, deturpando o que de mais humano e justo existe numa Sociedade Socialista procurando deste modo defender os interesses de uma camada burguesa, da qual faz parte.

Por intermédio de trabalhadores que assistiram a parte da reunião, soubemos: que a dissertação usada

pelo ultrafascista e pretenso sangue azul José António Morais Sarmento Moniz, incidiu sobre o perigo que o papão Comunista virá exercer junto das massas trabalhadoras.

Se é certo que os atropelos inflacionados das realidades políticas seus desmascarados por uma minoria politizada, não é menos certo que eles pesam consideravelmente perante uma maioria, que ainda não quiseram ver que os padrões foram toda a vida os seus maiores exploradores, o que pretendem continuar a fazer se não houver alguém que se proponha defender, com as armas na mão os verdadeiros interesses da classe que em meios rurais atrasados vive um autêntico feudalismo.

A.J.

(Rio de Moinhos)

## ACTIVIDADE DO P. R. P. - B. R.

REDONDO

No dia 15 realizou-se na Casa do Povo do Redondo uma sessão de esclarecimento promovida pelo PRP-BR. A sala estava completamente cheia, na sua quase totalidade por trabalhadores rurais. Falaram em nome do Partido Isabel do Carmo, Victor Ramos e Meleães, que explicaram qual era o passado do PRP-BR e quais os seus objectivos. Estabeleceu-se depois largo debate com participação dos presentes que visou sobretudo a reivindicação das 48 horas e dos 160\$00 diários, medida que não atingiu os trabalhadores do distrito de Évora. Debateu-se a forma de organização dos trabalhadores, o papel dos sindicatos e as formas de luta. Focaram-se também problemas da localidade, como seja as deficiências em esgotos, discutiu-se o combate ao capitalismo e a luta pelo socialismo.

PAREDE

No dia 15 realizou-se na SMUP da Parede um comício do PRP-BR. Estiveram presentes Carlos An-

tunes e Pedro Goulart da Comissão Política e Cipriano da Organização Regional de Lisboa — Secção da Linha. Foi apresentada a história do Partido e foi feita uma análise política da situação actual, após o que houve debate com grande participação da assembleia; discutindo-se o papel duma organização partidária e da organização dos trabalhadores em geral.

**PRÓXIMOS DEBATES E COMÍCIOS**  
DEBATE PÚBLICO  
EM SETUBAL

Vai realizar-se no dia 30 de Novembro às 21,30 na sala da FNAT, um debate público para o qual o PRP-BR foi convidado. Sabe-se que foram igualmente convidadas e que aceitaram, o MES, a LCI e o PS.

Outras organizações foram contactadas, entre as quais o MDP e o PCP, mas até à data não deram ainda resposta.

COMÍCIO EM BEJA

Realiza-se no dia 23, no Liceu Nacional de Beja, um comício do PRP-BR.



# AS LEIS DA SAUDE (...dos hospitais)

Em fins de Julho deste ano foi distribuído por todos os estabelecimentos hospitalares, um projecto de reorganização dos hospitais de todo o país.

Pediam-se sugestões que deveriam ser entregues num prazo de tempo bastante curto.

Antes, porém, de ter aparecido este documento, havia sido entregue um projecto semelhante, só a algumas individualidades categorizadas, entre as quais muitos directores de serviço dos diferentes hospitais.

Em Novembro último é distribuído com maior propaganda o chamado "Ante-Projecto da Lei Hospitalar" intitulado — OS HOSPITAIS E A COMUNIDADE —

Podem-se novamente sugestões e propostas e desta vez o prazo para a entrega de opiniões é um pouco maior.

Há dois aspectos fundamentais em toda esta sucessão de "etapas" para a elaboração de uma lei que pretende aplicar-se a um sector tão importante como é o dos hospitais, onde é prestada assistência em todo o país, àqueles que não podem pagar "honorários particulares".

Um deles diz respeito às características básicas do próprio documento legislativo. O outro refere-se à maneira de fazer leis seguida por este sector governamental.

## O QUE SE FAZ ÀS ASSEMBLEIAS HOSPITAIS?

O primeiro aspecto do problema, para nós o menos importante, é portanto o das características básicas do documento em causa. Em primeiro lugar, constata-se que o controle dos órgãos de direcção não é exercido pelos trabalhadores nem pela população mas sim por Conselhos e Comissões eleitas. Estas são de constituição qualitativa e numérica elevadíssima e a sua articulação com as direcções é tão complexa que na prática, as direcções não sofrerão controle de base. Em segundo lugar, concebem-se assembleias de trabalhadores, mas as decisões aqui tomadas não vinculam as direcções — assim no artigo 22, parágrafo 4, lê-se: "As deliberações das assembleias devem ser reduzidas a acta, de que serão enviadas cópias ao Conselho de Administração e à Direcção do estabelecimento, que sobre elas se pronunciarão no prazo máximo de 90 dias, desde que contenham propostas concretas".

Ora quem decide se as propostas

são concretas? — certamente, a Direcção ou o Conselho de Administração e não os trabalhadores. Qual a obrigação daqueles dois organismos em face das decisões da Assembleia? — pronunciar-se no prazo máximo de 90 dias (3 meses!). Depois de se pronunciarem, farão o que muito bem entenderem.

## A DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS

Em terceiro lugar, contraria-se a decisão actual dos trabalhadores hospitalares de substituir o sistema antigo de Direcção de Serviço (exercida por um único director que era o médico mais antigo no serviço) por direcções de tipo colegial, compostas por representantes de vários extratos profissionais, eleitos pelos trabalhadores de cada serviço. Mantém-se, pois, a nível da unidade fundamental hospitalar que é o Serviço, o sistema de direcção anterior à queda do regime de Caetano: um director autoritário, pleno de poderes sobre todos os trabalhadores e não controlado directamente por estes.

## O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LEI

O segundo aspecto do documento é, quanto a nós, o que mais interessa analisar porque da maneira como o Governo elabora as suas leis, podemos compreender facilmente até que ponto o Governo serve o Povo. Ao passo que, por muito que se estude o conteúdo da própria lei, nem sempre conseguimos ver tudo o que se esconde nas sutilezas dos parágrafos, alíneas e artigos.

Assim, verifica-se que o primeiro "esqueleto" da referida Lei Orgânica Hospitalar é distribuída com todo o segredo aos directores de serviço (verdadeiros senhores feudais nos respectivos serviços).

Depois do Governo conhecer a opinião de algumas "personalidades", envia-se o segundo esboço aos diferentes hospitais, sem estímulos de difusão, com a imposição de prazos curtos para o envio de sugestões.

O terceiro esboço que então se chama "OS HOSPITAIS E A COMUNIDADE", é enviado com maior propaganda e consegue-se mais tempo para a recolha de pareceres.

## IGNORA-SE A HISTÓRIA DAS MOVIMENTAÇÕES HOSPITALARES

Ora toda esta pseudo consulta se

processa, ignorando-se (propositadamente?) tudo o que se tem passado de movimentação e autogestão ao nível hospitalar (defensável porque é um sector público). Tanto nos hospitais Civis como no de Santa Maria, as assembleias gerais de Trabalhadores onde têm participado elementos de todas as extratos profissionais, sucederam-se com debates vivos e participação activa na tomada de decisões.

Dessas assembleias — que surgiram espontaneamente por iniciativa dos trabalhadores após o 25 de Abril — nasceu um esquema organizativo de gestão hospitalar que se tem mantido até agora, apesar da total falta de estímulo por parte do governo.

## GESTÃO HOSPITALAR

E já depois de toda a estrutura de Gestão Hospitalar dos Trabalhadores se encontrar em actividade, que se inicia a elaboração da lei orgânica hospitalar.

Em vários sectores se tem discutido em assembleia, o "Ante-projecto". Se é positivo o facto de que na maioria dos casos as opiniões são unânimes em considerar não aceitável tal documento legislativo, consideramos discutível que se desperdicem assembleias e trabalhadores na análise de mais uma lei. Esse, é mais um dos efeitos nefastos da saída inoportuna do ante-projecto: afastar os trabalhadores dos seus verdadeiros interesses para os quais eles próprios procuram solução, para se perder longas horas na discussão improdutiva (ou pouco produtiva...) de mais uma lei.

Lógico seria que a Direcção Geral dos hospitais fizesse tudo para se aperceber de como os trabalhadores tinham preferido organizar-se, de quais as dificuldades e os êxitos alcançados e quais os seus desejos para o futuro.

A D.G. dos Hospitais ter-se-ia apercebido, certamente, de que o trabalho a fazer era estimular em todo o país o aparecimento do que já acontece nos principais centros urbanos: fomentar nas assembleias gerais de trabalhadores a discussão, o debate de problemas e experimentar as formas de gestão encontradas pelos próprios trabalhadores.

A D.G. dos Hospitais ter-se-ia apercebido, certamente, de que a imposição desde já de uma estruturação hospitalar por menorizada e com carácter definitivo, numa altura em que as coisas começam a modificar-se era

prejudicial ou mesmo fatal, pelo efeito desmobilizador e coercivo que iria ter sobre os trabalhadores.

Ter-se-ia apercebido finalmente, de que enquanto as leis forem forçadas "no gabinete" (muito

embora depois de consultadas informações que são armadas sobre a secretária), não haverá concordância possível entre a vontade dos trabalhadores e a vontade dos governantes.

## BALÕES DE OXIGÉNIO...

A gravidade da presente situação económico-financeira colocou o desenvolvimento do capitalismo português a curto prazo num evidente impasse. Já o dissemos aqui mais de uma vez a pretexto de algumas análises, sublinhando que se torna praticamente impossível consolidar o projecto de democracia burguesa no quadro das tensões actuais que incluem as lutas dos trabalhadores portugueses, dos efeitos económicos da descolonização e da crise estrutural que sacode o conjunto dos países capitalistas. A saída possível que encaramos para o impasse resume-se no dilema seguinte: ou um regresso às formas fascistas de sobre-exploração e opressão dos trabalhadores ou a revolução em direcção ao projecto socialista.

No entanto, isto não significa que os financeiros e os empresários portugueses vão deixar alguma vez, num dado momento, de fazer o seu jogo, guardando trunfos no bolso dos quais poderiam obter resultados. Pelo contrário, é a mobilização ansiosa e a exploração aturada das possibilidades totais de todos os trunfos disponíveis que revela a profundidade e a largueza da referida crise do capitalismo.

Evidentemente, uma tal situação não poderia deixar de sensibilizar deversos o Governo Provisório, dada a natureza de classe que continua a imperar numa definição do Estado. É natural portanto que, confundindo mais uma vez interesses da classe dominante com interesses nacionais, surja o recente lançamento pelo Governo Provisório de um vasto leque de iniciativas no campo internacional, com vista à obtenção de meios concretos para fazer sair a presente situação económico-financeira do seu impasse ou, pelo menos, adiar para amanhã soluções urgentes, hoje. Ora esses meios consistem, como se sabe, numa única mezinha: conseguir investimentos, ou seja, em suma, balões de oxigénio.

Assim, registou-se ultimamente um conjunto de iniciativas, na sequência da visita do Presidente da República Costa Gomes à O.N.U., numa «ofensiva» destinada aos investidores potenciais estrangeiros que, do ponto de vista governamental, é preciso abordar, tranquilizar e convencer a preferência Portugal. Neste contexto situamos, para começar, a visita do ministro Vitor Alves a cinco países europeus a fim de procurar — disse ele — inclusivamente junto dos nossos emigrantes, «um melhor entendimento e cooperação». Mas é também de realçar nomeadamente a actividade do ministro Mário Soares, que se encontrou com Kissinger em Túnis quando o adjunto McCloskey estava também em Lisboa. Mário Soares, ao promover a abertura relativamente aos países árabes, não se esqueceu de convidar estes países a investir no nosso país. Por outro lado, o ministro dos Negócios Estrangeiros recebeu em Lisboa, seguidamente, uma importante missão do Banco Mundial vinda a convite do Governo Provisório. Estes esforços articulam-se com a visita da delegação do ministro Álvaro Cunhal a Moscovo, do sub-secretário de Estado do Turismo, Asdrúbal Calisto, aos Estados Unidos e Canadá e ainda com a visita a Londres de António Vasco de Melo, presidente da Confederação da Indústria Portuguesa, para contactar também com investidores. Registe-se, a propósito, que o presidente da C.I.P. (a tal das 47 000 empresas) opinou à chegada que as greves surgidas após o 25 de Abril eram em número inferior ao antes conhecido...

Todos estes esforços, e inclusivamente este optimismo aparente, sublinham a espessura da crise em que se debate o sistema capitalista português. Resta averiguar, na prática, até que ponto poderá o sistema sobreviver a si próprio. Os trabalhadores, sem dúvida, não o ajudarão nisso. Seria, inconcebivelmente, perpetuar aquilo que os explora e oprime.

ESCREVE-NOS: RUA DO ARCO DO CARVALHÃO, N.º 1-5.º Dt.º - LISBOA

## UM PARTIDO NÃO PODE SER UMA IGREJA NEM UM CLUBE DE FUTEBOL PARA FANÁTICOS

Na **MARINHA GRANDE TEM**

Na Marinha Grande tem havido acções de provocação de elementos reformistas da terra contra trabalhadores que se lhes opõem. Isto foi noticiado através do Sindicato dos Químicos, que a esse respeito fez uma conferência de imprensa. Um grupo de simpatizantes do PRP, da Marinha Grande tendo conhecimento que morava na aldeia da Moita, próximo daquela vila, um homem; de nome Daniel Carpinteiro, que sofrera maus tratos, dirigiram-se-lhe e fizeram-lhe uma entrevista.

Contou o Daniel Carpinteiro:

Daniel Carpinteiro — Depois do 25 de Abril fui convidado por uns senhores aqui da Moita, que se inscreveram no P.C., para ir a uma sessão de esclarecimento, ouvir um Professor que dizia o que era o comunismo. Dizem-me que se eu quizesse ser ouvido e se os quizesse ver, que fosse ouvir o tal comício, na Marinha Grande. Mas eu não fui. Cheguei aqui, e daí a um bocadinho aparecem-me uns tais oportunistas inscritos no P.C., o sr. António Rita Soares, Horácio Baptista Cordeiro e outros, dizendo que iam ter com o tal professor.

— Bom, se vão ter com o professor, eu vou. E meteram-me no carro. Comigo, eram 5. Chegamos à sede onde se estava a realizar o comício, e quando lá cheguei vi que o Partido não interessava, vi aqueles gajos que sempre tinham vivido à sombra do trabalhador. Era o sr. Carreira o sr. Alvaro Pélé, e outros tipos.

Quando acabou o comício (eu não ia lá para assistir ao comício, ia para ouvir aquele professor que ainda estou à espera de saber quem é), eu digo assim:

— Então, mais uma vez posso provar que isto é uma cambada de aldrabados! Não apredi nada cá com a malta.

Respondem-me:

— Então não aprendeste nada porque? O que tu esperas? E o P.C. que arranja 60\$00 a cada trabalhador que trabalha aí na Marinha Grande?

Eu disse:

— Eu nunca de nada disso tive benefício.

Não valia muito mais eles não quererem receber os 60\$00 de aumento, e descerem a mercadoria? Se tiveram que aumentar o trabalhador em 60\$00, baixavam os produtos! Nós necessitamos dum nível de vida. O que é que me interessa eu ganhar 200\$00, passar a 260\$00 e os produtos subirem mais 60\$00? Ficava outra vez na mesma!

O comício foi à 4.ª feira e no Sábado eles vieram aqui. Quando lá cheguei, vi os tais oportunistas, os tais exploradores que têm as crianças, operárias de 14 e 15 anos, explorando-as, trabalhando de sol a sol, como tem esse sr. Joaquim Carreira, que anda a apregoar o comunismo. Ora, se ele quer

realmente o comunismo a sério, não devia fazer isso, acho eu.

Lá no comício estava um sr. a dizer que o fascismo tinha 48 anos de existência e tinha 48 mil contos de débito.

E eu perguntei:

— Quanto é que ficaram a dever a esse senhor?

Levanta-se o sr. Alvaro Pélé e responde que ficou-lhe a dever a cultura dos filhos.

Eu então digo:

— Se o sr. é um homem que defende o comunismo e o comunismo é uma coisa a sério, porque é que o sr. nunca trabalhou e meteu-se agora aqui neste partido?

E eles perguntaram-me:

— Quem é que paga a este para ele estar a falar desta maneira?

É O Marcelo Caetano que me paga a mim?... disse eu a gozar. Este gajo é fascista.

E acabou a sessão.

No Sábado seguinte, fui a Pataias, estava lá a C.D.E. o sr. Vareda, a Odete Santos, o dr. Loff e o P.C. a assistir.

Eu quiz fazer 2 perguntas, levantei o braço e já estavam uns 100 do P.C. em cima de mim. Levanta-se o Carreira e disse:

— Este senhor é um provocador, não pode falar!

O dr. Vareda disse para me deixarem fazer a pergunta, que se fosse provocadora eu iria para a rua, se não fosse, ficava.

Fiz a pergunta:

— A C.D.E. é um partido esclarecedor. No fim das eleições, para que lado trabalha a C.D.E.?

Mas a resposta não ouvi porque já estava rodeado pelos comunistas. Deram-me um soco e meteram-me no carro, eu amarrado pelo sr. Carreira.

entrevistador - o carro era do Carreira?

ENTREVISTADOR — Há aqui uma coisa importante. O Zé Pulido era do Sindicato dos Vidreiros, até para além do 25 de Abril. Depois foi convidado pelo patrão a fazer parte da sessão principal e começou a ganhar 10 contos por mês.

DANIEL — Perguntaram-me para quem é que eu trabalhava e quando eu disse que não trabalhava seião para 2 filhos que tinha, o Carreira afagou-me e disse-me:

— Se tu não apoias o P.C., nós somos muitos e matamos-te.

— Ora, bem me rala a mim, se eu sempre tenho que morrer!

Chegaram a Ribeira de Pereiro, disseram-me para eu não sair do carro e estiverem em conferência. Lá acabaram a reunião e quando chegaram novamente a Pataias, (estava o comício acabado) o sr. Carreira disse-me para não entrar lá dentro.

Passadas umas 3 semanas, fui para uma fabricazita na Marinha, mas não fui legalizado. Um dia, estava eu a amassar a massa e vejo o Carreira. Preparei-me. Atirei com

a enxada fora e fiquei com a pá. O homem fez todas as tentativas para não passar ao pé de mim, mas eu disse-lhe:

— Olá pá! Disseste-me que me partias os cornos! És capaz de o fazer hoje?

— Olha que tu agora trabalhas aqui e eu arranjo já maneira de tu seres despedido!

Foi quando aquilo me cresceu, agarrei-o, a manga da camisa rasgou-se e ele fugiu ter com o filho do patrão, dizendo-lhe que tinha ali um homem perigoso, um homem da ex-pide. Daí a um bocadinho, chega-me lá o Zé Roque e diz-me:

— Não quero aqui homens da ex-pide.

— Sim, senhor, vou-me embora, mas não sou da ex-pide. Sou um trabalhador. E não tenha problemas, faça-me as contas, que eu vou-me já embora.

— As contas só se fazem à 6.ª feira.

À 6.ª feira? Eu hoje quero as contas feitas, quero ir-me embora daqui.

Veio a mulher dele e disse:

— O sr. não refila. Aqui quem manda são os patrões. Você recebe quando lhe pagarem.

Fui lá 6.ª feira seguinte, e diz-me o Zé Roque:

— Enquanto o sr. tiver um inquérito levantado, nós não lhe pagamos nada. Se tiver dúvidas vá à caixa, ao Sindicato e ao dr. Vareda.

Portanto, eles estavam todos ligados. Estava o Pulidinho no Sindicato, o Alvaro Pélé na caixa, e o Vareda em governador civil.

Mais adiante recebo uma carta dizendo que o Pélé tóra tirado da caixa, e o Rádio já tinha dito que o governador civil seria empossado no dia tantos. Já só faltava um: o Pulidinho.

Mais tarde um rapaz que é pe-dreiro e vai fazer umas horas à fábrica, disse-me para eu ir lá que eles já me pagavam. Fui lá receber, deram-me a massinha e não houve mais problemas nenhuns.

ENTREVISTADOR — Você trabalha sem ser numa empresa? Não tem patrão?

DANIEL — Não tenho patrão.

ENTREVISTADOR — Nem tem descontos para a caixa?

DANIEL — Não tenho nada disso. Os oportunistas do P.C. têm-me escorraçado de todas as fábricas. Eu não quero ser comunista, só se for obrigado.

ENTREVISTADOR — Você não quer ser comunista, mas comunista do P.C.?

DANIEL — Maul! Eu posso ser comunista, do Partido Comunista, mas há-de ser Leninista, e não dos oportunistas do P.C. Se for o comunismo Leninista, então aí é que eu ficava satisfeito. Bem sei que precisava esta meia dúzia de malandros que nunca nada fizeram, que sempre a vida deles foi roubar e estão agora inscritos no P.C. para dizerem que são comunistas.

## QUE SE PASSA NA COMIMBA?

Por vezes as comissões de trabalhadores eleitas em assembleias não correspondem às posições assumidas pelos seus colegas e traem portanto a sua função.

Porque a única função que incumbe às comissões de trabalhadores é defenderem junto de quem quer que seja e onde quer que seja as decisões tomadas pelos trabalhadores em assembleia. E isto é só isto. Mas há uma vantagem das comissões de trabalhadores em relação a estruturas sindicais de cúpula: é que a todo o momento podem ser criticadas e demitidas.

Em pleno conflito com a sua comissão de trabalhadores, um grupo de operárias da Comimba, escreve:

"Muitos conflitos têm surgido no nosso local de trabalho porque uma comissão eleita por nós não está do nosso lado, até fala com o patrão para despedir algumas camaradas!

Dizem-nos que vamos ser abrangidas por uma portaria, mas não sabemos o que é nem como foi feita.

Afinal que comissão temos nós?

Defende os interesses do patrão ou os das operárias?

Camaradas, temos de tomar posição!

Não podemos permitir que nos andem constantemente a enganar!

Exijamos que a comissão nos informe!

Queremos saber onde está e como está o nosso caderno reivindicativo — que ele seja colado na parede do refeitório!

PELA UNIÃO DE TODAS AS OPERÁRIAS.

POR UMA INFORMAÇÃO VERDADEIRA.

Um grupo de operárias na Comimba"

Esperamos que as operárias desta empresa resolvam em assembleia, que é o órgão máximo e soberano, qual a evolução da sua luta.

## SETENAVE

Continuação pág. 8

políticas foi enviada uma proposta à mesa para se passar imediatamente à votação. De facto foi triste ver como um partido que se diz representante da classe operária era desmascarado em manobras tão desonestas, sujas e divisionistas.

### ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA

Foi então aprovado que falassem, para finalizar, um membro dos que mais tinham sido acusados do C. T. S. (que ainda não falara) e um outro trabalhador.

O elemento do C. T. S., depois de ter falado do que acontecera no Chile onde também estavam em confronto duas linhas, uma acreditando nas eleições e no Governo Popular (a linha reformista), outra dando prioridade à organização da classe (a linha revolucionária), disse que no momento presente podemos verificar quem tinha razão; mas que como sempre foram os trabalhadores as principais vítimas. Considero ser uma traição à classe operária as ilusões através das eleições, do apoio incondicional ao Governo e ao M. F. A. dizendo que o que estava em causa era a organização autónoma da classe trabalhadora, organizando-a e armando-a ideologicamente e com armas para a tomada do poder.

### TRIUNFO DA LINHA JUSTA.

OS TRABALHADORES ESCOLHEM

O elemento reformista, que falou

em seguida para confirmar a linha «esquerdista» do C. T. S. depois de ter afirmado que o jornal «Luta no Trabalho» tinha um artigo de Marx tirado do Jornal Proletário Vermelho e de ter lido parte de um comunicado do C. T. S., apoiando a luta da TAP foi impedido de continuar pela reacção da Assembleia.

Estavam mais de mil trabalhadores presentes, mas devido ao adiamento da hora apenas votou uma minoria o que levou as comissões de base a promover nova votação pois não aceitavam a posição demissionária que o C. T. S. entretanto parecia assumir face ao elevado número de abstenções.

Na votação realizada posteriormente os resultados foram:

1 292 votos a favor do C. T. S.
420 votos contra
51 votos nulos
1 743 votantes

### «REVOLUÇÃO» PEDE UM DEPOIMENTO A UM GRUPO DE OPERÁRIOS

«A classe operária, longe de perecer, cresce, robustece-se, amadurece, une-se, instrói-se. E tempera-se na luta. Somos pessimistas a respeito do regime de servidão, do capitalismo e da pequena produção, mas somos optimistas a respeito do movimento operário e seus fins. Estamos já assentando os cimentos do novo edifício e os nossos filhos concluirão a obra.»

# NUTRIPOL

A NUTRIPOL — Sociedade Portuguesa de Supermercados, SARL, possui mais de uma dezena de lojas espalhadas por vários pontos do país (Lisboa e arredores, Setúbal, Porto, Caldas da Rainha, etc.).

No dia 31 de Outubro a administração comunicou aos trabalhadores que estes apenas receberiam 50% dos salários, devido à situação económica da empresa.

Perante isto, os trabalhadores reunidos no Plenário decidiram tomar para o dia seguinte entre outras, as seguintes medidas: não efectuar os depósitos bancários com as receitas provenientes das caixas das lojas; que esse dinheiro ficasse retido nos cofres das respectivas lojas; montar piquetes de vigilância junto de todos os sectores da empresa, escritórios, armazéns e lojas.

Em 5 de Novembro e porque as receitas já alcançassem o nível necessário para efectuar o pagamento dos salários na sua totalidade, estes foram retirados dos cofres das lojas.

No dia seguinte, 6 de Novembro, realizou-se nova reunião para análise da situação, tendo a comissão de trabalhadores enviado

ao Ministério do Trabalho o seguinte documento:

Considerando que estão a decorrer negociações entre o Banco de Fomento e a Administração da Nutripol, no sentido de lhe ser facultado um empréstimo.

Considerando que é do erário publico a origem social do capital a ser emprestado.

Considerando a imoralidade que representaria tal empréstimo se não acautelassem os direitos económicos e sociais dos trabalhadores.

Considerando a incapacidade demonstrada pelo capital, traduzida pela actual situação de insegurança social a agravar a situação geral do país.

Os trabalhadores da Nutripol solicitam junto do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, que o governo através do seu representante tenha capacidade de intervir não só na fiscalização do investimento a efectuar, mas também na orientação futura da empresa, de modo a eliminar os erros de gestão que levariam à situação presente, e garantir a aplicação da promoção económica e social preconizada pelo programa do M.F.A."

## FASCISTA BURGUESA E INTERSINDICALISTA

Tal está o prestígio da intersindical e de certas direcções sindicais, que em certos meios é quase necessário andar com um letreiro a negar a filiação em tal estrutura.

Acusada, pelos vistos injustamente, uma funcionária da Caixa de Previdência e Abono de Família do Comércio do Distrito de Lisboa, foi vaiada e seriamente ameaçada. De tal modo que a Comissão de Trabalhadores daquela Caixa teve de fazer o seguinte esclarecimento.

«A Comissão de Trabalhadores da Caixa de Previdência e Abono de Família do Comércio do Distrito de Lisboa vem manifestar publicamente o seu protesto pelos acontecimentos ocorridos no dia 14 de Novembro entre trabalhadores do Porto de Lisboa e um elemento da referida Comissão, presentemente nomeada vogal pelo Ministério dos Assuntos Sociais para a Comissão administrativa desta Instituição de Previdência.

Tendo esta colega à saída do Ministério dos Assuntos Sociais, onde se deslocou para tratar de assuntos inerentes à sua nomeação para a Comissão Administrativa, abordado o grupo de trabalhadores que ali se manifestava, com o intuito de melhor se aperceber dos problemas que obrigavam àquela manifestação, chegando mesmo a entabular uma certa conversação amigável com alguns deles, sou eu entre a multidão subitamente uma voz declarando-a elemento da Intersindical, ao que a referida colega respondeu não ser verdade.

Tendo-se afastado, na Avenida de Roma apercebeu-se que um grupo daqueles trabalhadores corria na sua direcção em grande gritaria acusando-a de fascista, burguesa e intersindicalista. Já no início da Avenida João XXI um elemento dos perseguidores aproximando-se mais agrediu-a na nuca. O proprietário de um veículo que ali se encontrava estacionado conseguiu introduzir a referida colega dentro do mesmo, ainda assim aquele grupo rodeou o carro tentando virá-lo, só não tendo levado avante os seus intentos dado o condutor ter posto o carro em marcha rapidamente.

Quer esta Comissão esclarecer que a nossa colega não é membro da Intersindical, nem faz parte de nenhuma Direcção de Sindicato.

Que dirão a isto os tranquilos defensores da unidade de cúpula que continuam a dizer que a Intersindical representa não sei quantos milhões de trabalhadores?

Curiosamente os unitários da cúpula são sempre divisionistas na base.

# TAP

Depois da Comissão Sindical ter procurado realizar plenário no refeitório, que foi impedido pelos trabalhadores porque nenhum dos pontos da ordem de trabalhos abordava o problema dos trabalhadores despedidos e suspensos, decidiram, os trabalhadores da TAP, realizar o plenário que decorreu no passado dia 18, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Informações
- 2 — Análise dos trabalhadores suspensos e dos pretensamente despedidos
- 3 — Tabelas salariais
- 4 — Medidas a tomar

O plenário realizou-se no Pavilhão dos Desportos, com cerca de 1500 trabalhadores que deliberaram, após discussão, aprovar as seguintes decisões:

- 1 — APRESENTAR O SEU MAIS VEEMENTE REPÚDIO POR QUALQUER TENTATIVA DE DESPEDITO;
- 2 — NÃO PERMITIR QUE O POSSÍVEL PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO DA TAP CONTRIBUA PARA JUSTIFICAR DESPEDITOS;
- 3 — EXIGE A INTEGRAÇÃO IMEDIATA DOS TRABALHADORES SUSPENSOS E DOS TRABALHADORES DITOS DESPEDITOS;
- 4 — REPUDIAR QUALQUER ESPÉCIE DE SANÇÃO A APLICAR AOS TRABALHADORES REFERIDOS ANTERIORMENTE;
- 5 — SOLICITAR A DIVULGAÇÃO DOS PROCESSOS ELABORADOS PELAS AUTORIDADES MILITARES POR TODOS OS TRABALHADORES DA TAP, ASSIM COMO A TODOS OS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO;
- 6 — NÃO REATAR AS NEGOCIAÇÕES DO A. C. T., ENQUANTO NÃO SE PROCEDER À REINTEGRAÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES ABUSIVAMENTE AFASTADOS DA TAP;
- 7 — ENCARREGAR A SEDE ESTE PLENÁRIO DE DAR CONHECIMENTO DAS DECISÕES REFERIDAS À ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA;

DAR TAMBÉM CONHECIMENTO ÀS AUTORIDADES MILITARES DA VONTADE DOS TRABALHADORES EM CONHECER OS PROCESSOS INSTAURADOS.

DAR A CONHECER ÀS AUTORIDADES MILITARES, A ADMINISTRAÇÃO TAP, A TODOS OS TRABALHADORES E AOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO DO CONTEÚDO DESTA MOÇÃO.



## DOSSIER BRIGADAS REVOLUCIONARIAS



## PAPELARIA FERNANDES A FORÇA DO PASSADO

A Papelaria Fernandes tem tradições particulares porque dizem respeito a formas de opressão e exploração dos trabalha dores, criando para isso um clima de terror e desconfiança dentro da empresa.

Não será por acaso que estes métodos são utilizados, pois sabe-se que durante os anos 50, o patrão Agostinho Lourenço, foi, nem mais nem menos, do que o chefe da PIDE.

Depois do 25 de Abril os saneamentos são tentados pela Comissão de Trabalhadores, o que esta não consegue porque os trabalhadores, pelo clima interno de terror que ainda aí reina, se retraíram e não levaram isso para a frente porque não feitas ameaças de despedimentos e emitidos comunicados anónimos caluniando elementos mais activos da C. T. que, tendo em vista o saneamento na empresa, iniciara as investigações.

O patrão (um dos actuais) Alberto Lourenço, chegaria a dizer a propósito do delegado sindical: "Acho bem. Mas depois se verá..."

Que quererá ele dizer com isto?

Que, devido à insalubridade da situação política em que as coisas não estão bem definidas, se ele ficar na mó de cima, então se verá?

Esse senhor insinuará o que quiser enquanto a situação não estiver definida. Os trabalhadores não podem é deixar-se intimidar pelas insinuações veladas que ele faz. Tem que procurar definir a situação e a seu favor, porque só assim se libertará das formas violentas de exploração a que estão sujeitos, no sentido do controle efectivo daquilo que produzem.

Da Papelaria Fernandes e da situação dos trabalhadores nessa empresa, falaremos mais promenorizadamente num dos próximos números do jornal.

## SEDES

LISBOA — Rua do Arco do Carvalho, n.º 1, 5.º Dto.  
— Tel. 71 09 82

PORTO — Apartado 200 - Vila Nova de Gaia  
— Tel. 69 50 80

ÉVORA — Rua do Chão das Covas, 21

## ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

As encomendas de «O ESTADO» de Lenine (edição quase esgotada), de BRIGADAS REVOLUCIONARIAS (dossier) e do poster «QUE BANDEIRA?», de Siné, devem ser feitas pelo Telef 710982

# "Junta Democrática" A POSIÇÃO DA UNION DO POBO GALEGO

No mês de Julho, em Paris, teve lugar uma reunião entre representantes da burguesia espanhola e alguns membros da oposição, entre os quais o P.C.E., em ordem a oferecer uma alternativa para o "post-franquismo". Dessa reunião saiu constituída a "Junta Democrática Espanhola" com uma declaração e um programa. Estes estão elaborados nitidamente em função da burguesia monopolista na medida em que esta tem de preparar uma saída para as contradições actuais que lhe continue a garantir os seus interesses de classe: perante a ameaça da resposta que tais contradições geram nas camadas populares há que ir introduzindo algumas alterações ao sistema. Por isso o texto, tendo um carácter antifascista, situa, ao mesmo tempo, a burguesia monopolista como classe social indispensável para o futuro. O papel a desenvolver pelas classes populares, e em especial pelo proletariado, seria simples e exclusivamente o de seguir as iniciativas da classe burguesa. Tal atitude provém não só das condições impostas por reconhecidas personalidades do mundo da banca e dos negócios — isto é, da burguesia — mas também das teses ultrarevisionistas e oportunistas do P.C.E. relativamente à idealista e falsa questão da contradição entre certas formas políticas e as sociedades "modernas" (cfr. "As três contradições" de Santiago Alvarez). Tal contradição levaria também a uma "moderna" convergência das camadas populares com os interesses da burguesia monopolista "evolucionista". Naturalmente para poderem condimentar tal amalgama sublinham o aspecto pessoalista que teve e tem

esquecer fácil e ingénuaemente que qualquer tipo de Estado serve de instrumento opressor a uma classe social. O Estado Fascista Espanhol durou demais (e continua a durar) para ser tido como um mero problema pessoal. Um regime fascista é sempre o pilar de determinadas e precisas estruturas socio-económicas. Esta é a razão porque no programa nunca se fala de medidas económicas, mas tão só de mudança política. Até no programa do Movimento das Forças Armadas de Portugal havia desde o começo um conjunto de medidas económicas, mínimas mas concretas. *Tal silêncio no programa da*

bem significativas de como se tenta a continuidade pura e simples do Estado burguês. Quais são as liberdades, direitos e deveres democráticos de que se fala no 1º ponto? No caso de amnistia para delitos políticos referem-se também aos policíacos do actual regime fascista? E para os casos de intencionalidade política, não serão abrangidos pela amnistia? Como é que se pode falar de informação objectiva a nível dos meios estatais de informação sem transformar minimamente a estrutura sócio-económica? Porque é que se adjectiva de "pacífico" o direito de manifestação? A que se referem quando falam da personalidade dos povos catalão, basco e galego? Porque, pelo contrário, aludem tão claramente no ponto 9 à unidade do Estado Espanhol? Acatar totalmente e sem crítica a mudança política proposta, significa castrar as iniciativas das classes populares pondo-as de baixo da batuta da oligarquia. Tudo resulta ainda mais suspeito ao comprovarmos que a única medida de carácter económico — bem concreta — que se propõe é a integração de Espanha na Comunidade Económica Europeia (ponto nº 12). Que significa precisamente uma aliança do grande capital monopolista internacional, para lutar contra os movimentos da classe operária de Libertação Nacional e Socialistas na Europa.

das situações de sub-desenvolvimento de que padecem certas partes do Estado Espanhol. Oferece-se um reconhecimento político dos povos catalão, basco e galego (em que consiste?) sal-

ção. O que não estamos dispostos a tolerar, isso não, é a mistificação, a falsidade e confusão que certas declarações complementares dos acólitos da Junta Democrática estão causando ou podem causar na Galiza. A declaração política da "Junta" é tão ambígua e tão pouco atractiva para o povo que a completam com medidas especialmente destinadas à Galiza, aproveitando-se de alternativas às quais retiram todo conteúdo sócio-económico e de classe: mero oportunismo para atrair certos sectores. Assim, num dos pontos, estabelecem o Estatuto de Autonomia de 1936 como etapa para a autodeterminação, o que é errado, pois a autonomia não é um instrumento à disposição do povo galego, mas tão só uma concessão do governo central. E a fórmula que deriva da aceitação "à priori" dum Governo Central. Ficar pela autonomia como alternativa é, de facto, impôr a unidade do Estado Espanhol, é negar qualquer solução fora da unidade opressora; é negar, em definitivo, o direito à autodeterminação livre dos povos oprimidos.

O direito à autodeterminação significa cada povo, por decisão livre, dispôr do seu destino. Pretender, numa etapa, a autonomia é negar ao povo galego a liberdade de escolher o seu destino, é continuar a manter o estatuto

## U.P.G.



**pola Democracia Popular polo Socialismo**  
**POLA INDEPENDENCIA GALEGA**

*Junta indica bem claramente que o objectivo é mudar algumas coisas para que tudo fique na mesma.*

O princípio filosófico básico de tal mudança vai ser uma idealista "Libre concertación creadora de progreso". Ou seja que os pressupostos do capitalismo ainda hoje serão progressistas. Nem ao menos foi apresentada uma atitude clara antimonopolista, o que significa perpetuar a estrutura sócio-económica vigente que sustenta o actual Estado Fascista Espanhol. Para compartilhar tal tese (que mais lembra a do ministro fascista Fernández de la Mora "Sobre a morte das Ideologias") ter-se-ia de esquecer totalmente a luta de classes, ter-se-ia de deixar ao desprezo as classes populares, sobretudo o proletariado. A razão moral — também tem que existir como em toda a declaração "desinteressada" — provém da necessidade de "reconciliação" na comunidade "nacional" para acabar definitivamente com uma guerra que significou, segundo a Junta. "A vitória de uma parte do povo espanhol sobre a outra".

Nova mistificação para obscurecer as contradições reais que existem em qualquer tipo de sociedade, e não somente nas do Estado Espanhol, e em nome de uma guerra longínqua, dita "fraticida", que parece não ter sido devida às contradições entre classes.

Ao abordar os pontos concretos do Programa, a Junta denota uma indefinição e uma ambiguidade

Esta é a prova mais clara do conteúdo monopolista da Junta, contrapeso descarado ao seu tom idealista. O enfeudamento ao programa da Junta compromete seriamente os interesses das classes trabalhadoras no Estado Espanhol com uma alternativa inerente à própria oligarquia, o que se torna especialmente perigoso para a nossa nação. A Galiza, nação colonizada pelo Estado Espanhol, necessita de uma estratégia que tenha verdadeiramente em conta a sua luta pela emancipação, luta capaz de quebrar a dependência económica e a exploração de que as suas camadas populares são vítimas. Neste sentido fala-se no programa, mas nem sequer numa perspectiva burguesa,

## U.P.G.



**pola Democracia Popular polo Socialismo**  
**POLA INDEPENDENCIA GALEGA**

## U.P.G.



**pola Democracia Popular polo Socialismo**

**POLA INDEPENDENCIA GALEGA** vanguardado pela unidade intocável do Estado Espanhol — supremo garante dos interesses da burguesia monopolista — e que todos sabemos ineficaz sem o domínio da base económica. Que parte da nossa população vai beneficiar dessa suposta democracia? Para qualquer revolucionário galego consciente da realidade do seu país está claro que não pode haver desenvolvimento da Galiza nem se pode acabar com os vexames sofridos pela nossa Terra sem destruir por completo a situação colonial que nos domina; ou seja, sem defender o princípio da autodeterminação dos povos, através da aceleração de um processo de luta que tem de estar em estreita ligação com os interesses dos operários, camponeses, marinheiros, certos sectores da pequena burguesia... Seja qual for a alternativa que a burguesia espanhola possa oferecer, não trará qualquer alteração fundamental. Para o nosso país, a alternativa da Junta é destinada a perpetuar o domínio colonial; e, portanto, uma força autenticamente democrática e galega não poderá jamais subordinar-se a uma hipótese que garante a unidade do estado espanhol — produto da correlação de forças sociais e geográficas que atentam contra a emancipação das nossas camadas populares. Para qualquer um de nós a subordinação a uma estratégia anti-fascista de conteúdo burguês monopolista não passa de um erro. Para nós, essa democracia política só implicaria novos métodos de luta, novas táticas, nunca uma mudança de estratégia.

Não desperdiçaremos as nossas forças a combater a "Junta Democrática", mas não nos comprometeremos nem enfeudaremos a ela, conscientes como estamos de que, não sendo uma alternativa válida para qualquer parte do Estado Espanhol, é o muito menos para a nossa na-

## U.P.G.



**pola Democracia Popular polo Socialismo**  
**POLA INDEPENDENCIA GALEGA**

colista do Estado Espanhol. Pretender a autonomia é negar, na prática, a autodeterminação. Para além do perigo evidente que pode representar a aparência de as decisões serem tomadas na Galiza quando a situação colonial do país continua, quer dizer, quando o povo galego não é dono dos seus meios de produção. A autonomia não é, portanto, uma etapa para a autodeterminação, mas antes uma estratégia em si mesma com o fim de manter, no fundamental, a estrutura de Estado Colonialista Espanhol. E para além disso a incoerência, e confusão da proposta de constituição de um governo provisório galego simultâneo à dum governo provisório espanhol seguida da convocação de eleições livres, num prazo de-

## U.P.G.



**pola Democracia Popular polo Socialismo**  
**POLA INDEPENDENCIA GALEGA**

o poder de Franco — consideraram-se como verdadeira causa o sustentáculo da situação contraditória actual — o que pressupõe iludir as razões e as causas que mantiveram e mantêm Franco no poder, isto é, a defesa dos interesses de determinadas classes e grupos sociais. Os redactores da "Declaração da Junta" parecem

# A CIA NA ITÁLIA



# CHE

A figura de Che Guevara tem sido para os militantes de todo o mundo um símbolo de luta violenta dos oprimidos contra os opressores. É um exemplo para toda a América Latina e é a figura que consegue congrega os internacionalistas proletários consequentes. É a história exemplar de um homem que renunciou ao poder quando estava em condições de o exercer, para ir lutar por outros povos. Foi morto, e a luta na Bolívia parou aparentemente. Mas a sua morte conta como um acto revolucionário incomparável, porque fica na história do movimento operário como um acto de resistência, dos que interessam para a continuação da luta — morreu de armas na mão. No entanto, este símbolo de resistência, tem sido também um símbolo de comercialização. Posters, almofadas, emblemas e toda a espécie de objectos de consumo têm utilizado a figura do Che. Fenómeno impossível de controlar nesta sociedade capitalista, onde tudo se come e onde as pessoas se comem umas às outras. Porque não consumir os mortos como produto de consumo... Mas desta vez o consumo aparece legitimado pelas vozes "autorizadas". Há uma exposição sobre Che e na inauguração "debruçam-se" sobre a figura de Guevara. E citam-se duas passagens da sua vida. Uma sobre o internacionalismo proletário. Outra em que como se diz (d. de Notícias de 11/9/74) Che escrevia "uma carta dirigida ao grande poeta espanhol exilado no México, Lene Filipe, a quem dava conta do trabalho que era preciso desenvolver para consolidar a Revolução Cubana". E com o balanço, o apresentador acrescentou: "Aproveitando o exemplo, o Dr Palma Carlos transpô-lo para a realidade actual portuguesa, o regime é capitalista, logo o trabalho de cada um é para o Sr. Melo, o Sr. Champalimaud ou um dos outros das oito famílias. Em Cuba o que interessa é consolidar a Revolução Cubana, em Portugal o que interessa é destruir a sociedade capitalista. Ai, Che Guevara, tu que te bateste contra este género de "democratas" (e a derrota na Bolívia tem muito a ver com eles), almas por essas mãos!

terminado, para uma assembleia legislativa constituinte da Galiza. Como é possível articular isto? Qual vai ser a marioneta? Como é que se avança tal medida sem esclarecer as transformações económicas a realizar de modo a que tal política seja eficaz e corresponda sob interesses do nosso povo? Como é que se pode chegar a tanto oportunismo e falta de coerência? Essa medida, seriamente assumida e efectivamente posta em prática, representaria a autodeterminação, a existência de um Estado Galego. Por outro lado na mesma declaração falam em "lançar as bases para que o povo galego possa eleger livremente o seu destino". Essas bases há que lançá-las agora, já se principiou a lançá-las há algum tempo através da luta do povo galego pela sua libertação nacional contra o fascismo, o imperialismo e o colonialismo do Estado Espanhol.

## pola Democracia Popular pelo Socialismo POLA INDEPENDENCIA GALEGA

A luta pela autodeterminação e seus objectivos implica uma luta total: económica, política e cultural. No aspecto económico a luta exprime-se através do domínio dos meios de produção pelo povo galego; no político, pela organização do povo galego numa frente única contra o colonialismo e pela constituição de um Estado Democrático Popular Galego; no cultural, através da normalização e promoção da nossa cultura e da nossa língua. Esta é hoje a principal contradição existente na Galiza, tal como, a nível internacional, entre países imperialistas e povos oprimidos, daí que neste momento a luta de classes no nosso país se identifique nesta contradição. Portanto a aplicação do princípio de autodeterminação é incompatível com um Estado burguês unitário, o qual continuaria a garantir a exploração da Galiza, exploração essa disfarçada pela concessão paternalista duma autonomia que não soluciona nada. Curiosamente diz-se que haveria uma plataforma reivindicativa onde se poderiam "abordar problemas tais como a poupança, a emigração, a Segurança Social Agrária, a pesca costeira, etc." É de uma irresponsabilidade total colocar todos estes problemas como meros temas de debate quando é o seu tratamento correcto que poderia configurar um

programa mínimo de reivindicação democrática autenticamente galego e popular.

E por último afirmam as marionetas da "Junta na Galiza" que se "lutará pelos interesses económicos da Galiza". Como se pode lutar pelos interesses económicos da Galiza e defender ao mesmo tempo a nossa entrada no Mercado Comum Europeu quando se trata da união dos grandes capitalistas monopolistas que não podendo, diante de uma revolução técnica continuar a desenvolver-se dentro dos Estados, juntam-se na exploração imperialista do mundo o que conduz a uma acumulação de riqueza nos países desenvolvidos e de pobreza nos subdesenvolvidos? Pensaram alguma vez que o M.C.E. se ergue às costas de cinco milhões de emigrantes gregos, turcos, jugoslavos, argelinos, portugueses, espanhóis, galegos... e que serão necessários muitos mais para continuar a sua expansão imperialista o que representa o subdesenvolvimento e a dependência doutros países, entre eles a Galiza? Sabem que as diferenças económicas e sociais entre zonas dos Estados da C.E.E. tornam-se dia a dia maiores, por exemplo, entre Paris e Bretanha, entre o Norte e o Mezzogiorno de Itália? Têm conhecimento de que o M.C.E. se alimenta ainda da exploração neocolonial de dezoito estados africanos os quais pela convenção de Yaounda instituíram um regime de livre câmbio, instrumento da mais eficaz exploração imperialista?

A União do Povo Galego (U.P.G.) vê-se na obrigação de denunciar o vazio das declarações oportunistas da ramificação da "Junta" na Galiza levadas até à demagogia mais falha de todo o sentido da realidade, como por exemplo quando se emprega o termo autodeterminação nacional esvaziado de todo o conteúdo social e económico, o que, na prática, torna tal princípio totalmente impossível.

Trata-se de uma técnica destinada a não enfrentar a realidade galega de uma forma consciente e revolucionária, se bem que com a maior hipócrisia, confusão e oportunismos políticos.

Tal táctica será constantemente desmascarada pela U.P.G. pois é destinada a confundir e obscurecer os interesses do nosso povo.

## GUITARRADAS PARA KENNEDY...

*Kennedy, protótipo do americano capitalista "democrata", veio à terra da democracia. Por aí andou em conversas diplomáticas, jornalísticas, amistosas.*

*E os jornais da manhã do dia 20 mostravam a imagem festiva duma guitarra dedicada a Kennedy. Cantava-se "Grandola Vila Morena". Cantor, Victor Alves, à guitarra Almeida Santos, à viola Costa Brás.*

*Entre a assistência Mário Soares, (PS), Alvaro Cunhal, (IPC), Sá Carneiro, (PPD), e Freitas do Amaral, (CDS), entre outros.*

*Esta descrição não é uma imagem, mas sim a realidade descrita pelos jornais diários... Não admira portanto que Kennedy tenha concluído "Tenho esperanças de que recusem extremismos de esquerda ou de direita".*

A Revolução

# LISNAVE

7000 OPERÁRIOS ABANCA AM SOBRI LISBOA

Revolução

O AV. REVOLUÇÃO

VIGILÂNCIA REVOLUCIONÁRIA

# PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

# SETENAVE

Devido aos ataques que um grupo de trabalhadores (identificados com o PCP) movia contra o Conselho de Trabalhadores da Setenave (C.T.S.) decidiu este convocar um plenário na passada quarta-feira dia 13 com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Informações e esclarecimentos.

2.º Votação sobre a continuação ou não do C.T.S..

Foram convidados elementos do M.F.A. para moderarem a sessão, embora presentes estes recusaram-se a moderar tendo a mesa sido constituída por dois elementos do C.T.S. e dois elementos do grupo opositor.

Os órgãos de Informação e entre eles o «Revolução» tinham sido convidados para assistir ao debate. Mal tinham acabado de entrar os repórteres do «Revolução» um dos elementos do PCP propôs que não fossem admitidos elementos estranhos à Setenave, repórteres inclusivé. Depois de mais de meia-hora de discussão a maioria dos presentes votou pela permanência dos órgãos de Informação depois da sua apresentação.

Muito grato foi ao jornal «Revolução» e à sua linha política ter recebido os aplausos (e assobios) quando se apresentou.

Durante as três horas de discussão que se seguiram, o debate foi eminentemente político entre duas linhas de confronto, a linha reformista defendida pelos elementos do Partido Comunista e a linha revolucionária defendida pelos elementos partidários do Conselho de Trabalhadores. Assim, os principais pontos de divergências colocavam-se na discussão sobre a Organização Autónoma dos Trabalhadores, o trabalho sindical, o apoio ao M.F.A. e Governo Provisório, etc..

A primeira intervenção foi dum elemento do C.T.S. que apresentou o trabalho daquele Conselho como o definido no seu programa — «Luta pelo fim do Capitalismo até à sociedade Socialista».

## TENTATIVA DE «CONTROLE» PARTIDÁRIO

A célula do PCP na Setenave foi acusada de todo o ataque desenvolvido ultimamente contra o C.T.S., assinando documentos pelos trabalhadores da Setenave que não eram mais do que documentos dessa célula. Segundo este membro este ataque deve-se à impossibilidade do PCP controlar o C.T.S..

O C.T.S. tinha inicialmente entre os seus 15 elementos 8 membros do PCP e tendo-lhes sido exigido pela direcção do Partido o controlo do C.T.S., 4 destes elementos foram obrigados a sair do PCP por não aceitarem o controlo de qualquer partido num órgão eleito directamente pelos trabalhadores (isto foi confirmado na assembleia por dois dos elementos ex-PCP). Aos restantes membros do PCP foi-lhes ordenado que saíssem do C.T.S. para o poderem atacar de fora visto que o não controlavam. A partir daqui começaram os ataques ao C.T.S..

Este elemento do C.T.S. afirmou sempre ter aceitado e continuar a aceitar todas as críticas à acção do C.T.S. desde que honestas e construtivas e não movidas por interesses partidários de controlo.

Numa outra intervenção um membro do PCP e ex-membro do C.T.S., alguns membros do Conselho foram então acusados de ter contactos com o PRP-BR e se terem encontrado na sala do Conselho de Trabalhadores com um militante conhecido do PRP-BR; foi também dito que o cabeçalho do «Luta no Trabalho», órgão dos trabalhadores da Empresa, era igual ao do jornal «Revolução» (o que de facto não se verifica).

O PRP-BR fica muito lisonjeado com a propaganda feita no Plenário ao seu Partido e ao jornal «Revolução» e admite mesmo que é difícil para certos Partidos e para o PCP muito concretamente entender a linha definida pelo PRP-BR sobre a organização autónoma dos

trabalhadores... Mesmo que todos os elementos do C.T.S. fossem membros de um determinado partido não é controlando uma organização autónoma dos trabalhadores (para defender os interesses desse partido) que se serve os interesses da classe operária. Isto porque, todos os elementos da Empresa não seriam necessariamente desse partido, e, no entanto, como trabalhadores, teriam a sua forma própria e autónoma de organização e de representação.



## A DEFESA DOS TRABALHADORES E A DEFESA DOS PATRÕES

Foi, entre outras acusações, dito que o C.T.S. se opunha frontalmente ao Governo Provisório e ao M.F.A.. Isto porquê? Porque num comunicado apoiou os trabalhadores da TAP na sua luta, quando o governo Spínola os obrigou a trabalhar de metalhadoras apontadas, porque nunca apoiou a lei «antigreja», ultimamente aprovada, porque disse no Plenário o trabalho dos trabalhadores da Setenave vem aumentar os lucros do patrão» num momento em que o Governo exorta todos a trabalhar mais e melhor.

Argumentos destes que só se viram contra quem os usa não precisam ser desmascarados, os trabalhadores têm-no feito nas greves últimas que têm organizado (nenhuma dentro da lei), na miséria de escudos que embolsam ao fim do mês e na abundância em que continuam a viver os patrões, etc.

## A INTERSINDICAL EM QUESTÃO

Outro ponto discutido e segundo nós de fundamental importância refere-se à acusação feita ao C. T. S. de desprezar o trabalho sindical e de que um dos seus elementos tinha sido expulso da Intersindical.

Este elemento depois de justificar a sua demissão (e não expulsão) da Intersindical por não aceitar o trabalho de cúpula que esta desenvolvia declarou não aceitar ainda a estrutura fascista dos actuais sindicatos mas ser partidário de um sindicato de base e revolucionário. afirmou que este

# Revolução

## EDITORIAL

Foi enviado para o Diário do Governo o diploma que determina que o prazo eleitoral não é prolongado.

Mas já não é segredo para ninguém que dentro e fora do MFA se discute da justeza de se fazer ou não eleições dentro do prazo estipulado. E discute-se também a sua participação na Constituinte.

Nesta discussão jogam-se duas coisas distintas e que não têm nada a ver uma com a outra: a luta dos partidos entre si, por um lado, e o destino dos trabalhadores portugueses por outro.

Ao PPD convem-lhe a realização rápida de eleições, para aproveitar do atrazo político das populações da província; o P.S. convinha-lhe até aqui, porque parecia obter a maioria dos votos, mas também sabe que o MDP/«Partido do Povo» lhe vai roubar votos a ele e só a ele (e foi para isso que foi criado); o PC passou-lhe a convir a realização rápida das eleições, porque sabe que meterá os seus deputados pelo PC e os seus militantes convertidos em Partido do Povo, misturados com algum cristão controlável.

Perante tais manobras compreende-se a guerra vinda a lume nos meios de informação, na qual os partidos se dirigem cumprimentos mortíferos.

No meio de tudo isto há um trunfo a jogar — a participação do MFA na Constituinte. É evidente que tudo será jogado para roubar os lugares de alguém. Quem? Deve haver qualquer partido que se está a ver aflito...

Para o MFA será tentador participar na discussão do diploma que regerá o país. Para quem acredite em diplomas...

Como é evidente isto nada tem a ver com o destino dos trabalhadores. O país mantém-se na estrutura capitalista que já tinha e os trabalhadores, por mais que insistam com eles, sabem que produzem para o patrão e não para o bem colectivo, como os discursos românticos e os artigos lírico-pirosos dos intelectuais de pseudo-esquerda querem fazer crer.

A situação económica degrada-se no dia a dia. O desemprego atinge números enormes. Nada tem solução dentro do sistema capitalista.

Só uma alteração profunda na estrutura económica pode ser solução. Mas isso pressupõe duas coisas — por um lado um confronto com as forças reaccionárias, por outro a necessidade dum poder político que corresponda a essa alteração profunda.

O confronto é inevitável, porque é inevitável a luta de classes. E se não se dá é porque algo está errado. Só o que é necessário é que tácticamente se procure que ele seja sempre favorável às forças progressistas.

Mas só um poder político com um aparelho de Estado totalmente diferente do actual, poderá suportar uma alteração da estrutura económica e social. E isso também determinará se os trabalhadores estão ou não com ele.

Uma coisa é certa: nada se resolve por eleições; o poder económico tem do seu lado todos aqueles que dele beneficiam; o poder económico nunca caiu em nenhuma assembleia constituinte ou outra.

O eleitoralismo é neste momento anti-defesa dos trabalhadores.

tipo de sindicato é boicotado pelos actuais sindicatos reformistas e pelo PCP Apresentou três factos: 1) -Tendo sido contactadas outras empresas da construção naval para a constituição de um sindicato nacional da construção naval e elaborado um questionário aos trabalhadores foi declarado por representantes do PCP, que, fosse qual fosse o resultado desse questionário, não apoiariam um sindicato desse tipo. 2 -Prepara-se um colóquio sobre sindicalismo na Setenave, tendo o C. T. S. proposto à Intersindical a mesa ser composta por três elementos da Intersindical — um nomeado por ela e dois escolhidos pelo C. T. S. A Intersindical só aceita se puder nomear os três. De que tem medo a

Intersindical? 3) -A actual tentativa de formação de um sindicato para a indústria automóvel tem sido criticada por circulares do actual sindicato dos metalúrgicos. Quem tem medo de perder o controlo dos trabalhadores? Este membro do C. T. S. pergunta se o trabalho desenvolvido pelo C. T. S. relativamente à elaboração de um regulamento interno de empresa, regalias dos trabalhadores estudantes, à segurança, à formação política, etc. é ou não um trabalho sindical de base?

Depois de largas discussões onde as acusações pessoais se misturavam com as acusações

## Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME .....  
MORADA .....  
LOCALIDADE .....  
PROFISSÃO .....

ASSINATURA: Semestral — 60\$00   
Anual — 120\$00

PAGAMENTO: Em cheque   
Em Vale

APARTADO 4117-LIS.-4